



Quatro ministros debatem segurança com senadores

Sessão em Plenário com a participação dos titulares da Segurança Pública, da Justiça, da Defesa e da Segurança Institucional discutirá como combater a violência no país

O Plenário do Senado realiza hoje, às 13h30, uma sessão temática sobre segurança pública, tema apontado como prioridade do Senado para 2018 pelo presidente da Casa, Eunício Oliveira, juntamente com a microeconomia.

Dez convidados deverão falar sobre o tema, entre eles quatro ministros, os titulares das pastas da Segurança Pública, Raul Jung-

mann; da Defesa, general Joaquim Silva e Luna; da Justiça, Torquato Jardim; e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Sergio Etchegoyen.

A sessão será interativa e os cidadãos interessados poderão enviar perguntas e considerações. Entre as propostas a serem discutidas, está a de criação de um sistema federal unificado de segurança pública.

Comissão discute democracia, direitos humanos e combate à violência

3



Eunício entregou a Jungmann na semana passada proposta de sistema unificado

June de Araújo/Agência Senado — 17/3/2018

especial
cidadania



Andre Borges/Agência Brasília

Brasileiros ainda têm poucas informações sobre vacina

País estuda causas de surto de febre amarela

Mesmo sendo o maior produtor mundial da vacina contra a febre amarela, o Brasil enfrenta novo surto da doença. Foram registrados 545 casos e 164 mortes em menos de 8 meses. **4 e 5**



Roque de Sá/Agência Senado

Ricupero (D) participa do ciclo de debates organizado por Collor

Busca de consenso entre países perde espaço, avalia Ricupero

Decisões recentes de países poderosos indicam que o sistema internacional se afasta cada vez mais da busca de soluções consensuais, avaliou o embaixador

Rubens Ricupero em debate na Comissão de Relações Exteriores. Ele também afirmou que a relação entre EUA e China vai definir o futuro deste século. **7**

Cobrança por bagagem é tema de audiência hoje **7**

Projeto prevê 100% de dedução de educação no IR **8**

Fundo científico pode receber verba de loterias **6**

Audidores dizem que projeto trabalhista é retrocesso

Representantes dos auditores-fiscais e dos procuradores do Trabalho disseram em audiência que um projeto que trata do trabalho rural, em análise

na Câmara, levará o Brasil de volta à era escravagista. Um dos debatedores citou que o pagamento em dinheiro poderá ser trocado por pagamento

em comida e roupa. Outro apontou que o texto desobriga o empregador de fornecer água potável e proteção para a aplicação de agrotóxicos. **8**



O senador Paulo Paim (C) conduz debate da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho sobre trabalho rural

Gerardo Magela/Agência Senado

Debate: inchaço urbano pode afetar rodoanel em MT

Uma audiência feita pela Comissão de Infraestrutura na Assembleia Legislativa de Mato Grosso apontou o risco de o crescimento urbano desordenado prejudicar o futuro Contorno Norte, rodoanel a ser construído em Cuiabá e Várzea Grande. De acordo com o senador Wellington Fagundes, é preciso que as duas cidades mudem seus planos diretores para impedir que o tráfego urbano congestionue a rodovia. **6**



Senador Wellington Fagundes (2º à esq.) comanda audiência pública em Cuiabá

Maurício Barbant/Agência Senado

Bancada feminina do Senado elenca propostas prioritárias

A bancada feminina divulgou quais são suas prioridades na pauta do Senado. Entre elas, está o projeto que criminaliza a chamada vingança pornográfica. O texto aumenta a pena para quem registrar ou divulgar, sem autorização, cenas de intimidade sexual.

Outra prioridade da bancada é a proposta que legaliza

o casamento homoafetivo. O texto dá nova redação ao artigo do Código Civil que define família. Com a mudança, o conceito de família passaria a ser "a união estável entre duas pessoas".

Por causa do Dia Internacional da Mulher, comemorado na quinta-feira, os textos devem ser votados no Plenário com urgência. **6**

Divulgação/Braskem



Empresa investe na produção de plástico de origem renovável: iniciativas semelhantes poderão receber incentivo

Indústrias poderão ter acesso a “títulos verdes”

Proposta em discussão hoje no Senado prevê que projetos industriais que beneficiem o meio ambiente possam ser financiados por títulos de renda fixa com dedução de Imposto de Renda

ESTÁ PAUTADA PARA hoje na Comissão de Meio Ambiente (CMA) a discussão de proposta que prevê que projetos industriais, caso resultem em ganhos ambientais, poderão ser financiados pelos chamados títulos verdes (PLS 284/2014). Esses são títulos de renda fixa beneficiados com redução do Imposto de Renda.

No caso das pessoas físicas, os títulos verdes são isentos do IR. Para as pessoas jurídicas, a alíquota fica reduzida a 15%.

Por isso, esses títulos, explica o relator, Sérgio Petecão (PSD-AC), são atrativos para os investidores, pois têm maior rentabilidade.

O problema é que hoje os títulos verdes estão limitados a um grupo de atividades consideradas de interesse ambiental pelo governo, como as unidades de conservação para turismo, a exploração sustentável de madeira e a recuperação de áreas de preservação.

A intenção do projeto, do

ex-senador Vital do Rêgo, é justamente evitar a arbitragem do Poder Executivo, abrindo a possibilidade de beneficiar “todo e qualquer projeto de desenvolvimento sustentável”.

Petecão lembra que, até 2011, esses títulos eram emitidos apenas por agências de desenvolvimento, como o Banco Mundial. Mas depois passaram também a ser emitidas por empresas, que hoje já lideram o mercado em volume de títulos emitidos.

Comissão deve votar projeto sobre fotos retocadas

Os senadores vão analisar uma proposta para obrigar empresas a informar aos consumidores a existência de retoque digital nas fotos de anúncios publicitários. O PLS 439/2017, de Gladson Cameli (PP-AC), é um dos 13 itens da pauta da reunião de amanhã da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

O projeto vale para todo tipo de alteração gráfica em modelos, com exceção de retoques digitais de cabelos e de remoção de manchas na pele.

De acordo com o senador, os retoques produzem “imagens idealizadas que refletem um padrão irreal e inatingível de beleza”. Para Gladson, é uma forma de amenizar o “dano causado pela publicidade que reverencia o culto à magreza excessiva”.

Ele considera a questão um problema de saúde pública e lembra que, na França, desde outubro, vigora uma lei que torna obrigatório estampar a informação sobre os retoques em fotografias publicitárias.

A comissão vai votar também o PLS 209/2012, de Ana

Amélia (PP-RS), que pune quem deixar de eliminar dos cadastros ou bancos de dados informações negativas de consumidores referentes a período superior a cinco anos.

O projeto estipula pena de detenção de três meses a um ano e multa para quem descumprir a norma. A proposta teve relatório favorável do senador Dário Berger (PMDB-SC). Para o parlamentar, a iniciativa ampliará a esfera de proteção do consumidor frente às práticas abusivas feitas por meio do uso de cadastros e de bancos de dados.

Órgão consultivo vai estudar projetos sobre notícias falsas

Uma comissão do Conselho de Comunicação Social, órgão consultivo do Congresso, deve elaborar um relatório sobre vários projetos em tramitação na Câmara e no Senado que tratam de notícias falsas, veiculadas especialmente pela internet. A intenção é subsidiar o debate sobre o tema. O presidente do conselho, Murillo de Aragão,

informou que há pelo menos oito projetos sobre o assunto em discussão no Congresso.

— Nosso papel é complementar, de debater, de trazer os temas à discussão perante representantes da sociedade civil, dos trabalhadores e dos empresários. Um debate aberto à sociedade civil para receber contribuições — afirmou Aragão.

Direitos de quem tem doença renal serão debatidos

A Comissão Senado do Futuro vota amanhã requerimento para realização de audiência pública para debater os direitos das pessoas com diagnóstico de doença renal crônica.

A comissão também pretende avaliar em quais aspectos a legislação precisa ser atualizada para garantir os direitos sociais dos pacientes.

Vanessa destaca manifesto da oposição

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) destacou o manifesto “Unidade para reconstruir o Brasil” lançado em 20 de fevereiro na Câmara dos Deputados, num evento com a participação dos presidentes do PSOL, PDT, PSB, PT e PCdoB.

A senadora disse que os partidos se juntaram, independentemente de suas estratégias e táticas eleitorais, para lutar “por um novo projeto de desenvolvimento nacional com foco na inclusão social”.

Para ela, o manifesto é necessário para a compreensão da crise no mundo capitalista e de suas consequências para o Brasil, principalmente após o impeachment de Dilma, que a senadora voltou a classificar como “golpe contra a democracia”.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Gleisi defende candidatura de Lula à Presidência

Gleisi Hoffmann (PT-PR) defendeu ontem a candidatura do ex-presidente Lula à Presidência da República em 2018. Segundo ela, um cidadão só poderia ser impedido de ser candidato depois de esgotados os recursos e as instâncias de julgamento.

Gleisi mencionou uma pesquisa feita pela CUT e pelo Vox Populi, que ouviu 2 mil pessoas, em 118 municípios, entre 24 e 26 de fevereiro. Segundo a senadora, os resultados mostraram que “a maioria do povo sabe que Lula foi condenado por juízes parciais” e que “46% acham que o juiz Sérgio Moro e os outros juízes tratam Lula de maneira mais dura do que tratam Michel Temer e Aécio Neves”.



Jefferson Rudy/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Democracia e segurança

9h Audiência interativa sobre democracia e direitos humanos com foco na segurança. Serão ouvidos representantes da OAB, da Defensoria Pública da União e dos policiais civis e federais, entre outros.

CI/CDR/CAE Cobrança de bagagens

9h Audiência interativa sobre cobrança de bagagens. Entre os convidados, está o presidente da Anac, José Ricardo Botelho.

CCJ Voto impresso e urna eletrônica

10h Audiência interativa sobre voto impresso e segurança da urna eletrônica. O presidente do TSE, Luiz Fux, é um dos convidados.

CRA Controle de pragas

11h Audiência para debater prevenção e controle de pragas. O Ministério da Agricultura e a Embrapa devem ser ouvidos.

CE Veto a cursos mal avaliados

11h Entre 20 itens da pauta, está o PLS 195/2017, que proíbe funcionamento de cursos mal avaliados pelo MEC.

CMA Extração ilegal de minérios

11h30 O PLS 63/2017, que agrava a pena para quem extrai recursos minerais sem autorização, é um dos 15 itens da pauta.

SESSÃO TEMÁTICA Segurança pública

13h30 Discussão sobre violência e segurança pública.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Abre a pauta a segunda sessão de discussão do PLS 15/2018, sobre dias e horários de funcionamento dos cartórios.

CCT Verba para fundo científico

14h30 Na pauta de 17 itens, está o PLC 201/2015, que destina recursos de loterias para fundo científico.

MP 806/2017 Fundos exclusivos

14h30 Votação do relatório da MP.

MP 808/2017 Reforma trabalhista

14h30 Instalação e eleição do presidente e do vice-presidente da comissão mista.

MP 809/2017 Compensação ambiental

14h40 Instalação e escolha do presidente e do vice.

MP 810/2017 Setor de informática

14h50 Instalação e eleição do presidente e do vice-presidente da comissão mista.

MP 811/2017 Venda do pré-sal da União

15h Instalação e escolha do presidente e do vice-presidente.

MP 812/2017 Fundos constitucionais

15h10 Instalação e eleição do presidente e do vice-presidente da comissão mista.

MP 813/2017 Saque do PIS/Pasep

15h20 Instalação e escolha do presidente e do vice-presidente da comissão.

MP 814/2017 Venda da Eletrobras

15h30 Instalação da comissão e eleição do presidente e do vice-presidente.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Ministros participam de debate sobre segurança

Sessão temática que o Senado faz hoje terá presença dos titulares das pastas da Justiça, da Segurança Pública, da Defesa e da Segurança Institucional, além de especialistas

QUATRO MINISTROS PARTICIPAM da sessão de debates temáticos sobre segurança pública que o Senado faz hoje no Plenário. Os ministros da Segurança Pública, Raul Jungmann; da Defesa, general Joaquim Silva e Luna; da Justiça, Torquato Jardim; e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Sérgio Etchegoyen, confirmaram presença na sessão, marcada para as 13h30.

A sessão será interativa e os cidadãos interessados poderão enviar perguntas e considerações. As questões serão encaminhadas para os ministros e demais convidados: o presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, Edvandar Felix de Paiva, o presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, e o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Leonardo Ulrich Steiner.

Outros debatedores são o conselheiro da Universidade Federal do Ceará e do Laboratório de Estudos da Violência,



No Rio de Janeiro, as Forças Armadas fazem operação conjunta em comunidades durante intervenção federal

César Barreira, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, José Robalinho, e o secretário de Saneamento e ex-secretário de Segurança do Espírito Santo Rodney Rocha Miranda.

Cada participante terá de cinco a dez minutos para a fala inicial. Os senadores terão a palavra por cinco minutos para perguntas ou comple-

mentações. Para a resposta, os especialistas também terão cinco minutos.

Pauta prioritária

A pauta da segurança pública, juntamente com a de microeconomia, foi eleita como prioridade pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, na abertura dos trabalhos legislativos deste ano. Eunício

elegeu nove propostas para serem examinadas e entregues à sociedade como contribuições no combate à violência.

Entre elas, está a de criação de um sistema federal unificado de segurança pública, cuja minuta de projeto foi entregue por Eunício ao ministro Jungmann na semana passada. A ideia também foi encaminhada a uma comissão

de especialistas chefiada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal.

Três projetos que estavam na pauta de prioridades já foram aprovados pelo Senado neste ano e seguiram para a Câmara. Um deles, de autoria de Eunício, obriga a instalação de bloqueadores de sinal de telefones celulares em penitenciárias e presídios (PLS 32/2018 — Complementar).

Outro projeto impede o contingenciamento de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). O PLS 25/2014 — Complementar é da senadora Ana Amélia (PP-RS).

Uma terceira proposta aprovada em 2018 estabelece que a Polícia Federal poderá se responsabilizar pela investigação de crimes praticados por organizações paramilitares e milícias armadas, caso se comprove o envolvimento de agente de órgão de segurança pública estadual. O PLS 548/2011 é do ex-senador Marcelo Crivella, atual prefeito do Rio de Janeiro.

Veja na pág. 2 como acompanhar a sessão e participar do debate

Comissão discute democracia e direitos humanos com foco no combate à violência

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove hoje, a partir das 9h, audiência pública interativa para debater o tema democracia e direitos humanos com foco na segurança pública.

Foram convidados para a discussão o defensor público federal Eduardo Nunes de Queiroz; a consultora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública Isabel Figueiredo; o presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores

Policiais Civis, André Luiz Gutierrez; o presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, Luís Antônio de Araújo Boudens; e o integrante da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da OAB Carlos Nicodemos Oliveira Silva.

Também foram convidados para a audiência pública representantes dos Ministérios da Educação, Direitos Humanos e Defesa; dos Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério

Público; das Polícias Militar do DF, Federal, Civil do Distrito Federal e Rodoviária Federal; da Federação Nacional Sindical dos Servidores Penitenciários, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares do DF e do Sindicato dos Policiais Civis do DF. Qualquer pessoa pode participar

da audiência pública interativa com perguntas, críticas e sugestões por meio do Portal e-Cidadania ou pelo Alô Senado.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa é presidida pela senadora Regina Sousa (PT-PI) e a audiência foi requerida pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Elmano Férrer diz que a segurança pública carece de planejamento

Elmano Férrer (PMDB-PI) culpou ontem a falta de planejamento pelas altas taxas de criminalidade no país. Ele lamentou os mais de 60 mil assassinatos por ano e afirmou que, diante desses números, as autoridades públicas permanecem “imobilizadas”.

Elmano destacou projetos seus para a área da segurança pública, entre eles o Projeto de Resolução do Senado 39/2017 prevê a criação de uma comissão específica no Senado para tratar do assunto. Ele lamentou que a Câmara tenha um colegiado com este objetivo e o Senado, não.

Outro projeto (PLS 483/2017) modifica o Código de Trânsito Brasileiro para estabelecer normas para o uso de veículos apreendidos pelas polícias civis, militares, federal e rodoviária federal.



Jefferson Rudy/Agência Senado

As torcidas organizadas no futebol não devem ser criminalizadas de forma generalizada, disse Hélio José (Pros-DF). O senador lamentou a violência nos estádios e destacou duas emendas que apresentou ao projeto da Lei Geral do Esporte (PLS 68/2017), com o objetivo de “separar o joio do trigo”.

A primeira emenda determina o monitoramento por imagem nos estádios, com identificação biométrica, visando impedir o ingresso daqueles que foram punidos pelo Estatuto do Torcedor. O mesmo deverá ocorrer com qualquer pessoa que tiver um mandado de prisão.

A segunda determina que todos os torcedores com mais de 16 anos de idade sejam devidamente cadastrados, para possibilitar a identificação.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Sérgio de Castro defende mais autonomia para as agências reguladoras

Sérgio de Castro (PDT-ES) defendeu o aperfeiçoamento das agências reguladoras, de modo a dar a essas entidades maior autonomia funcional, transparência na gestão e eficiência na fiscalização dos setores regulados.

Ele lembrou que um projeto já aprovado pelo Senado aguarda votação na Câmara e prevê maior autonomia às agências reguladoras, vinculando qualquer alteração relacionada a pessoal apenas ao Ministério do Planejamento.

Outra mudança refere-se à escolha dos diretores das agências, que passariam a ser indicados pelo presidente da República a partir de uma lista tríplice elaborada por meio de um processo seletivo simplificado que avaliará a capacidade técnica do indicado. Castro acredita que isso afastaria escolha baseada em critério político.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Humberto Costa critica o ministro da Educação, Mendonça Filho

O senador Humberto Costa (PT-PE) disse que a gestão do ministro da Educação, Mendonça Filho, “aprofunda o obscurantismo” do governo Michel Temer. Ele chamou o ministro de “protótipo de ditador”, “censor da autonomia universitária” e “pequeno tirano”. E afirmou que Mendonça Filho buscou obstruir as aulas da Universidade de Brasília que classificavam de “golpe” o afastamento de Dilma Rousseff da Presidência. Mas a tentativa, disse o senador, teve efeito contrário, gerando iniciativas semelhantes em dezenas de outras universidades.

Humberto ainda acusou o ministro de interferir na Fundação Joaquim Nabuco, perseguindo opositores e loteando cargos entre pessoas de seu partido, e sugeriu a convocação do ministro para dar explicações ao Senado.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Surto de febre amarela desafia vigilância de epidemias

Para infectologistas e biólogos, o atual surto da doença é resultado da combinação entre degradação ambiental, falhas na vigilância epidemiológica e desinformação por parte da população. O resultado é que, de julho a fevereiro, foram registrados 545 casos e 164 mortes em diversos estados

COMO EXPLICAR O fato de que um dos maiores e mais bem estruturados sistemas de vigilância epidemiológica do mundo passa por novo surto de febre amarela? Essa pergunta vem sendo feita nos últimos meses por estudiosos e cidadãos assustados com o retorno da doença. Afinal, 545 casos e 164 mortes foram registrados no país entre 1º julho de 2017 e 20 de fevereiro deste ano. Permanecem em investigação 422 de 1.773 casos suspeitos. No período equivalente anterior, foram confirmados 557 casos e 178 mortes.

O Brasil é o principal produtor mundial de vacina contra a febre amarela. Em períodos de normalidade, o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Biomanguinhos, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), pode disponibilizar até 48 milhões de doses por ano. Em situações emergenciais, esse número pode subir para 108 milhões. Uma nova fábrica, montada em parceria com um laboratório privado, também está produzindo o imunizante a um ritmo de 4 milhões de doses mensais.

Mesmo assim, os brasileiros temem o risco de ver retornar a transmissão do vírus da doença em ciclos urbanos provocados pela ação do mosquito *Aedes aegypti*. Desde 1942, os ciclos, a intervalos de seis a dez anos, são de natureza silvestre e provocados por movimentos do mosquito *Haemagogus*. De 1980 a 2004, foram confirmados 662 casos de febre amarela silvestre em seres humanos, com ocorrência de 339 mortes, representando uma taxa de letalidade de 51% no período de 24 anos. A taxa de letalidade do atual surto é de 30%, mas a média é de 68,1 casos a cada 30 dias num período de apenas 8 meses.

As possibilidades de explicação são variadas e envolvem complexas interações ambientais, sociais, econômicas e políticas. Por isso, ninguém se arrisca a fazer afirmações taxativas sobre a turbulência vivida pelo

Brasil a partir do momento em que as chuvas de verão fizeram o trabalho de converter os ocos das árvores em um ambiente para procriação do mosquito silvestre.

As respostas mais consistentes, partidas de estudiosos com larga credibilidade, traçam um panorama que reúne danos ambientais, ocupação desordenada do solo e equipes de vigilância em saúde desarticuladas ou desmobilizadas. Some-se a esses fatores uma população carente de informações científicas seguras e, em certos aspectos, nada conscientes de seus deveres quanto ao controle de vacinas e outras formas de prevenção — entre elas, o uso de repelentes.

Sinais nítidos desse despreparo foram as perseguições a macacos, enganosamente acusados de transmitir a doença aos humanos, e a corrida aos postos de saúde por parte de pessoas que não tinham tanta urgência em receber a vacina — seja porque não se encontravam em áreas de risco, seja porque não iriam se deslocar para alguma delas. Na sequência da onda de pânico, muitos aparentemente passaram a minimizar o perigo e deixaram de procurar a vacinação onde havia disponibilidade do material.

Em setembro do ano passado, o ministro da Saúde, Ricardo Barros, disse que o surto iniciado no verão anterior chegara ao fim, cerca de dois meses depois do último caso, registrado no Espírito Santo. “Segundo a pasta, a prevalência da doença é nos meses de calor, entre dezembro e abril, e, com o fim dessa sazonalidade, a expectativa é que o número de casos diminua”, noticiou a Agência Brasil.

Apesar disso, o Ministério da Saúde recomendou a continuidade das ações de prevenção e de ampliação da cobertura da imunização contra a febre amarela para prevenir novos casos da doença no próximo verão. “É preciso que as equipes façam a busca ativa, especialmente das pessoas que estão na zona rural, que são as mais suscetíveis a pegar febre amarela”, disse Ricardo Barros. E recomendou: “Se o município é grande, tem que fazer campanha de vacinação na mídia; se o município é menor, ir de casa em casa para poder alcançar a cobertura”.

Dilema

As advertências do ministro podem ter sucumbido ao dilema que aflige as prefeituras desde que a prevenção e o controle de doenças foram transferidos a elas no início dos anos 2000:



Vacinação contra febre amarela em centro de saúde em Brasília: a falta de controle das pessoas sobre a própria vacinação traz dificuldades para a política de imunização

utilizar os recursos materiais e humanos para prover assistência médica ou garantir ações preventivas, de acordo com o que ponderou o médico epidemiologista e professor da Universidade de Brasília (UnB) Pedro Luiz Tauil.

— Não digo que houve um relaxamento, mas uma questão de prioridade — avaliou.

Ele lembrou que os municípios hoje são os executores da política de vigilância e imunização do Sistema Único de Saúde (SUS), antes a cargo do governo federal, que tinha na Superintendência das Campanhas de Saúde Pública (Sucam) e posteriormente na Fundação Nacional de Saúde (Funasa) poderosos agentes no combate a mosquitos e outros transmissores.

— A prioridade para a assistência é maior. Então os municípios não valorizam tanto as medidas preventivas — disse o professor.

Ele não mostrou preferência pelo modelo anterior, mas disse considerar que, no contexto da descentralização das ações epidemiológicas, diminuiu a cobertura nacional de vacinas para a febre amarela, “particularmente para as populações mais vulneráveis, que estão na zona rural e que exigem equipes móveis”. Poucos municípios dispõem desse tipo de unidade para ir ao encontro de cidadãos afastados do meio urbano, levando-lhes conscientização e medidas práticas, entre as quais as vacinas.

A Sucam também surgiu na fala do secretário da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI), José David Urbaz Brito. Não que

tenha pedido a volta de um órgão que adotava uma postura algo militar no combate a vetores de doenças e foi substituído por organizações com maior repartição de responsabilidades, visão multifatorial dos problemas de saúde e participação social. A Sucam foi extinta em 1990 contra a vontade dos seus “soldados”, também conhecidos como matamoscuitos. Ainda hoje muitos deles sofrem os efeitos nocivos dos inseticidas que usavam.

A queixa do infectologista baseia-se no que ele chamou de “um desmonte acelerado” do sistema de vigilância em saúde. E a doença infecciosa é chave como indicador da qualidade da estrutura dos serviços de saúde.

— Há 20 anos, o Brasil tinha uma complexidade em termos de organização do sistema de vigilância epidemiológica. Estamos andando para trás como caranguejos. É um momento de desorganização, de erros — afirmou Brito.

Segundo ele, em 1998 alertava-se para a necessidade de garan-



Eduardo Amorim critica a falta de iniciativas para conter o surto

tir uma série de medidas para evitar epidemias como a atual. De qualquer forma, observa que o país tem um corpo técnico e científico muito sério, bem preparado, e o Programa Nacional de Imunização (PNI), que recebe o interesse do mundo todo. Na opinião do infectologista, é preciso recuperar um “saber que ainda existe”, a despeito da extinção de órgãos.

— Vamos ganhar de volta o terreno perdido porque somos mestres nisso, mas há um custo em termo de vidas no curto prazo — disse o secretário.

Alertas

No Senado, não faltaram alertas em relação ao controle da febre amarela. Ainda no início do ano passado, Antonio Anastasia (PSDB-MG) defendeu o empenho dos poderes públicos, das três esferas de governo, na realização de campanhas de vacinação e de combate ao mosquito transmissor da doença. O senador Eduardo Amorim (PSDB-SE), que é médico, também protestou contra a falta de iniciativas para combater a volta de uma doença conhecida no Brasil desde o século 17.

Para a senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), não são necessárias novas leis para enfrentar o problema, mas planejamento e uso racional dos recursos disponíveis. Um levantamento no sistema Siga Brasil do Senado mostra que o total para as verbas da subfunção “Vigilância Epidemiológica” do Orçamento da União variou em torno de R\$ 6 bilhões efetivamente pagos ao ano entre 2014 e 2017,

vacina no Calendário Nacional de Vacinação para crianças de nove meses ou mais, inadiável. — Em médio e longo prazo, cabe retomar as linhas de pesquisa de insetos e de novas formas virais, aumentar a vigilância e promover educação continuada, mas sem escândalos, sem espalhar o pânico — recomenda Brito.

Meio ambiente

A degradação ambiental aparece como um fator-chave para o aumento dos surtos de febre amarela nos últimos anos. É o que frisou Marcia Chame, em entrevista ao site da Fiocruz. “O que se vê, fora da região amazônica, é que os surtos estão nas regiões onde os fragmentos florestais são muito pequenos. Isso é um dado a ser estudado com muita cautela, porque sabemos que, quanto menor o fragmento florestal, mais espécies são perdidas, e as espécies que permanecem ali têm alta capacidade de adaptação a ambientes destruídos. Obviamente, essas espécies também são boas mantenedoras e transmissoras de agentes infecciosos, porque é uma estratégia desses organismos, vírus ou qualquer outro, perpetuarem-se”, explicou a pesquisadora.

Dessa forma, é importante manter “reservas naturais grandes e suficientes para que os animais possam viver e viver com qualidade, mantendo os ciclos naturais de agentes infecciosos nos seus lugares de origem e, com isso, diminuir o fluxo de doenças entre animais e pessoas, e também entre pessoas e animais”, completou Marcia Chame. Um dos limites a um cuidado mais generoso com a natureza é que isso “vai de encontro ao modelo econômico em curso”, conforme a estudiosa.

Segundo ela, o meio ambiente é a causa de uma mudança de padrão nos ciclos das epidemias, que são influenciados pelos contingentes de pessoas não vacinadas ao longo de uma década. Entre 2009 e 2016, a febre



Rose de Freitas pede planejamento para o país enfrentar o problema

amarela proliferou em Goiás, no Rio Grande do Sul, em São Paulo, no Distrito Federal e em Minas Gerais.

O infectologista José David Urbaz Brito chamou a atenção para o fato de que a ocupação desordenada do solo “levou à diluição da distância entre áreas rurais e urbanas”, facilitando o contato de seres humanos com o mosquito *Haemagogus*, ligado ao ciclo silvestre da febre.

Levando em conta que o perfil do país mudou com a ocupação desordenada, os municípios perderam a capacidade técnica para lidar com epidemias e não há quem faça esse trabalho no lugar deles.

— Daí ficamos apagando incêndios. O Ministério da Saúde tem um corpo técnico privilegiado, mas não há fluidez por todas as barreiras — lamenta o infectologista.

Descontrole

O anúncio do surto de febre amarela no leste de Minas Gerais no começo de 2018, com grande corrida aos postos de saúde em busca de vacinas, foi um sinalizador para o poder público sobre o descontrole da imunização no Brasil. Fato é que muitos cidadãos já vacinados buscaram a rede de saúde sem necessidade, enquanto outros, que realmente precisavam ser imunizados, ficaram sem a dose da vacina.

Essa situação acontece porque muitos adultos não guardam seus cartões de vacinação e o país não dispõe de um controle informatizado e integrado sobre a condição de cada brasileiro em termos das vacinas que tomou e das que falta tomar. É o que explica o vice-presidente da Associação Brasileira de Imunizações e presidente do Departamento de Imunizações da Sociedade Brasileira de Pediatria, Renato Kfour.

— Muitos nem sabem onde está sua carteira de vacinação, quando e quais foram as últimas vacinas que recebeu, então, falar de vacina em adultos no nosso país ainda é um tema bastante novo e que precisa ser mais divulgado entre a população, para que a gente consiga prevenir as doenças não só nas crianças — informou.

Para o especialista, é difícil recuperar as informações de quem perde a carteira de vacinação e, por isso, o sistema de saúde considera esses indivíduos não protegidos, oferecendo novamente a vacina. Para Renato Kfour, é melhor imunizar a mais do que deixar essas pessoas desprotegidas.

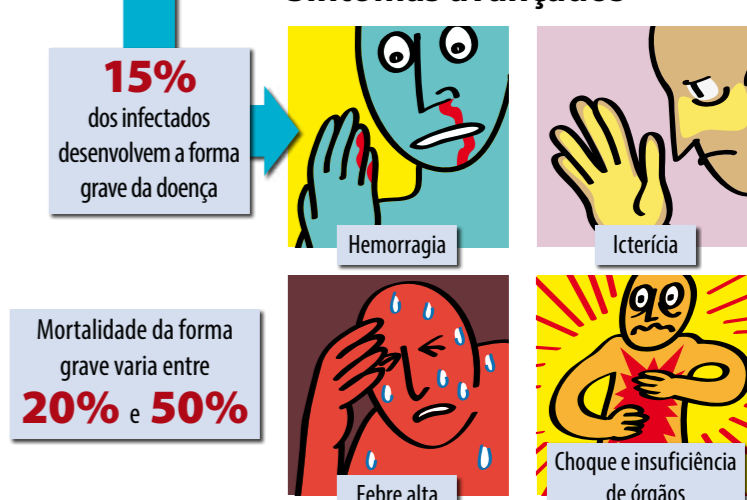
Ciclos de transmissão



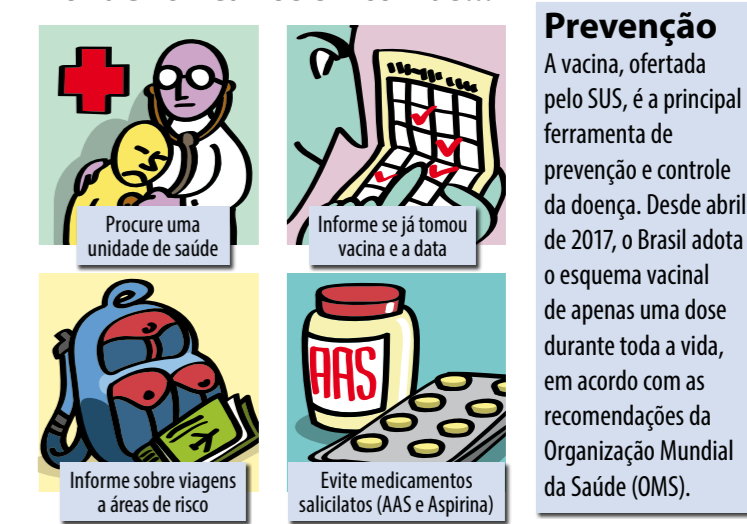
Sintomas iniciais



Sintomas avançados



Ao identificar os sintomas...



Prevenção

A vacina, ofertada pelo SUS, é a principal ferramenta de prevenção e controle da doença. Desde abril de 2017, o Brasil adota o esquema vacinal de apenas uma dose durante toda a vida, em acordo com as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Saiba mais

- Ministério da Saúde**
<http://bit.ly/SaudeFebreAmarela>
- Anvisa**
<http://bit.ly/AnvisaFebreAmarela>
- Sintomas, transmissão e prevenção**
<http://bit.ly/FiocruzFebreAmarela>
- Municípios com recomendação de vacina**
<http://bit.ly/areasFebreAmarela>



Para Anastasia, União, estados e municípios precisam combater doença

Rose de Freitas/Agência Senado

Rose de Freitas/Agência Senado

Debate: crescimento urbano ameaça rodoanel de Cuiabá

Para senador, prefeituras da região metropolitana têm de revisar seus planos diretores de modo a evitar que rodovia, a ser licitada no mês que vem, fique congestionada por causa de tráfego urbano

O SENADOR WELLINGTON Fagundes (PR-MT) alertou para o risco de o crescimento urbano desordenado descaracterizar o futuro Contorno Norte, uma espécie de rodoanel dos municípios de Cuiabá e Várzea Grande. Segundo ele, as duas prefeituras devem revisar seus planos diretores de modo a evitar que a rodovia se transforme numa avenida, com mistura de tráfego urbano com rodoviário.

O tema foi tratado ontem num seminário sobre a infraestrutura rodoviária de Mato Grosso realizado pela Comissão de Infraestrutura (CI) do Senado e pela Assembleia

Legislativa do estado.

— O Contorno Norte está fora da zona urbana e seu objetivo é dar fluidez ao tráfego pesado. A expansão das cidades, se não for feita com base num plano diretor organizado, pode descaracterizar a obra, transformando-a numa avenida. A responsabilidade das prefeituras é muito grande — afirmou o senador.

Com 53 quilômetros de pista dupla, o Rodoanel receberá o tráfego pesado da BR-163. Pela via, vão circular 12 mil veículos diariamente. A obra deve custar R\$ 500 milhões. A licitação deve ser lançada no mês que

vem e, pelo planos do governo estadual, terminar em 2021.

O senador José Medeiros (Pode-MT) criticou a burocracia que impede a realização e a conclusão de obras no país. Ele citou o Ibama e a Funai, que, disse ele, emperram a abertura de rodovias em Mato Grosso.

A duplicação da BR-163, entre Cuiabá e Rondonópolis, também foi tema do seminário. O superintendente do Dnit em Mato Grosso, Orlando Fanaia Machado, informou que a obra terminará em 2019. Segundo ele, mais de 60% dos trabalhos foram concluídos, já resultando na redução de acidentes.

Bancada feminina apresenta suas propostas prioritárias

O projeto que criminaliza a chamada vingança pornográfica e o que legaliza o casamento homoafetivo estão na lista de prioridades apresentada pela bancada feminina ao presidente do Senado, Eunício Oliveira.

Os textos estão prontos para votação em Plenário e devem ganhar urgência em razão do Dia Internacional da Mulher (8 de março).

O PLC 18/2017 determina a pena de reclusão de dois a quatro anos mais multa para quem registrar ou divulgar, sem autorização, cenas de intimidade sexual. A prática geralmente é cometida por ex-parceiros das vítimas como forma de vingança.

O projeto sofreu alterações e, por isso, se for aprovado, deverá voltar para a análise dos deputados.

O texto a ser votado é um substitutivo da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), que modificou a proposta. O projeto original propunha uma pena menor, com reclusão de três meses a um ano mais multa, pela exposição da intimidade sexual de alguém por vídeo ou outro meio.

Com as mudanças, o tipo penal proposto passa a ser a “divulgação não autorizada da intimidade sexual”, com pena ampliada. Também seria enquadrado aí quem

permitir ou facilitar o acesso de pessoa não autorizada ao conteúdo.

Casamento gay

Outra prioridade é o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo (PLS 612/2011). De Marta Suplicy (PMDB-SP), o projeto altera o Código Civil.

Hoje a legislação reconhece como entidade familiar “a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”. Com o projeto, a lei passaria a ser família “a união estável entre duas pessoas”, sem referência ao sexo, mantendo o restante do artigo.

O texto estabelece ainda que a união estável poderá converter-se em casamento. A prática já é autorizada por juízes, mas há casos de recusa, por inexistência de previsão legal expressa.

O projeto na forma de substitutivo, relatado por Roberto Requião (PMDB-PR), chegou a ser aprovado no ano passado, em caráter terminativo, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e seria remetido à Câmara. Magno Malta (PR-ES), porém, apresentou um recurso para que o texto fosse votado no Plenário.



Audiência pública na Assembleia Legislativa de Mato Grosso trata da infraestrutura rodoviária no estado

Projeto destina 1% da arrecadação de loterias para pesquisa

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) reúne-se hoje às 14h30 e pode votar projeto que destina ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) 1% da arrecadação bruta das loterias federais e demais concursos de prognósticos (PLC 201/2015).

O FNDCT apoia projetos de pesquisa básica ou aplicada, com foco no desenvolvimento de novas tecnologias de produtos e processos, na capacitação de recursos humanos, na troca de conhecimentos e na transferência de tecnologia.

O relator, Cristovam Buarque (PPS-DF), lembrou que o Brasil investe 1,2% do PIB em pesquisa e desenvolvimento, metade do percentual médio investido pelos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O FNDCT conta com diversas fontes de financiamento, como dotações orçamentárias, parcela do valor de royalties do petróleo e percentual da receita operacional líquida de empresas de energia elétrica, como previsto na Lei 11.540/2007. No entanto, argumenta o senador,

os recursos disponíveis são insuficientes para impulsionar o desenvolvimento do país.

“O desenvolvimento científico e tecnológico é um dos principais determinantes tanto do crescimento econômico quanto do aumento da qualidade de vida da população. Quando comparado com contrapartes internacionais, o Brasil ainda deixa muito a desejar no tocante ao investimento em pesquisa e desenvolvimento”, ressalta.

O mecanismo de aumento de recursos previsto no projeto, observou, não demanda

novos impostos nem compromete o Orçamento da União, pois o percentual da arrecadação bruta das loterias seria deduzido do valor do montante destinado aos prêmios. Segundo o senador, a redução de 1% da arrecadação bruta não será substancial a ponto de afastar os apostadores.

Rádio na Amazônia

Também está na pauta da CCT a proposta que cria o Serviço de Retransmissão de Rádio (RTR) na Amazônia Legal. O PLC 178/2017, do deputado Pauderney Avelino

(DEM-AM), define o serviço como aquele destinado a retransmitir os sinais de emissora de radiodifusão sonora em frequência modulada, para a recepção livre e gratuita pelo público.

Pela proposta, o Executivo outorga autorização para RTR na Amazônia Legal, que deverá ter prazo indeterminado, apesar de poder ser suspensa a qualquer tempo. A autorização será dada sem custos para a retransmissão de sinais de emissora de rádio das capitais dos estados da região para os respectivos municípios.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Ricupero: relação China-EUA definirá século 21

Em debate na Comissão de Relações Exteriores, diplomata analisou decisões recentes de países poderosos que, para ele, indicam a deterioração do equilíbrio internacional

A RELAÇÃO ENTRE China e Estados Unidos vai definir o futuro do século 21. Se essa convivência priorizar a pressão e a competição, desprezando o apoio e a compreensão, o mundo poderá mergulhar em uma zona sombria nas próximas décadas. A análise foi feita pelo embaixador Rubens Ricupero ontem, em debate na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) sobre o tema “O sistema internacional sob o impacto Trump”.

Ricupero citou três decisões recentes de “extrema gravidade” adotadas por países que são hoje o centro do poder mundial e que apontam para a deterioração do clima internacional: a abolição, pela China, de qualquer limite à recondução do presidente Xi Jinping; a apresentação de armas militares ditas “inveníveis” em discurso feito pelo presidente russo Vladimir Putin; e a aplicação de taxas de 25% e 10% sobre a importação de aço e alumínio pelos Estados Unidos, que tem o Brasil como maior fornecedor desses produtos.

— São decisões independentes e sem nenhum parentesco. Mas todas assinalam uma acentuação da deriva do sistema internacional, afastando-se cada vez mais do sistema baseado em regras de respeito a compromissos assumidos em organismos internacionais para a busca



Ao lado da deputada Bruna Furlan, Fernando Collor comanda audiência com o embaixador Rubens Ricupero

de soluções consensuais, em direção a um sistema em que pesa cada vez mais a afirmação unilateral do poder — afirmou o ex-embaixador do Brasil em Washington.

Poderio chinês

Na avaliação de Ricupero, a decisão do governo chinês assinala o instante de afirmação e projeção do poder do país, que coincide com o anúncio da construção de ilhas artificiais no mar da China e a instalação de bases militares e navais no exterior. O embaixador ressalta que essa evolução ocorre justamente no país que poderá

se tornar em breve a maior economia do mundo e que, ao mesmo tempo, aumenta seu poder militar, multiplicando gastos em armamentos e atingindo paridade estratégica com os EUA.

— Esperávamos que, à medida que a China se modernizasse e se tornasse próspera, seguiria o caminho do Japão, da Coreia do Sul, tornando-se mais liberal, aproximando-se de valores e ideais democráticos. Ora, a decisão recente é um balde de água gelada nessa expectativa. Vê-se claramente que não é o que vai acontecer no futuro previsível.

Nem sempre a prosperidade e a modernização trazem a democratização — disse.

Rússia

Na ótica comum, afirmou Ricupero, a decisão de Putin poderia ser atribuída a uma “bravata”, mas, na verdade, insere-se em uma sucessão de episódios políticos, como a expansão das tropas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) até as fronteiras da Rússia.

— O discurso atual da Rússia volta a ter o tom de nova Guerra Fria. É uma indicação negativa. Antigamente havia

preponderância na busca de normas de equilíbrio, que hoje começa a se romper em favor de um sistema menos preocupado com o internacionalismo e com a busca multilateral de normas que governem a todos. Cada vez mais para a afirmação do poder nu e cru daqueles que possuem o poder.

Ricupero enfatizou que essas ações multilaterais são preocupantes, pois ocorrem em momento de recuperação da economia mundial, visto que praticamente todas as nações do mundo saíram da crise de 2008, embora com desemprego elevado e salários defasados.

— Para países como Brasil, Argentina, México, África do Sul e Índia, que não são superpotências e têm engajamento multilateral muito grande, o primeiro dever é lutar para contrabalançar essa tendência de deriva e lutar pela defesa de instituições internacionais, como a OMC [Organização Mundial do Comércio], e a defesa do meio ambiente. Estamos assistindo a um desfile dos poderosos — afirmou Ricupero, autor do livro *A Diplomacia na Construção do Brasil*, lançado recentemente.

A audiência de ontem integrou o ciclo de debates O Brasil e a Ordem Internacional: estender pontes ou erguer barreiras?, promovido pela CRE. A comissão é presidida pelo senador Fernando Collor (PTC-AL), autor da iniciativa.

Cobrança por despacho de bagagem em avião será tema de audiência pública

A resolução da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) que permitiu a cobrança pelas bagagens despachadas nos aviões será tema de debate hoje. As Comissões de Infraestrutura (CI), de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Assuntos Econômicos (CAE) farão audiência em conjunto para avaliar o impacto que a autorização causou nos preços das passagens.

Havia a promessa de queda dos valores, o que não ocor-

reu, segundo Simone Tebet (PMDB-MS), que requereu o debate.

Levantamento feito pelo IBGE quatro meses após a medida entrar em vigor demonstrou que, ao contrário, as tarifas aéreas tiveram aumentos médios de 16,9%, destacou a senadora. Para a Fundação Getúlio Vargas (FGV), os aumentos foram ainda maiores, de 35,9%.

Foram convidados para a audiência o diretor-presidente da Anac, José Ricardo Pataro

Botelho de Queiroz, o presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Eduardo Sanovicz, o coordenador-geral de Serviços Aéreos Domésticos da Secretaria Nacional de Aviação Civil, Ricardo Chaves de Melo Rocha, e um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Franquia

A Resolução 400/2016 da Anac concedeu às empresas aéreas permissão para cobrar

pelo despacho das bagagens. Os passageiros podem levar gratuitamente apenas um volume inferior a 10 quilos dentro da aeronave, como bagagem de mão.

A franquia anterior, de despacho de 23 quilos para as viagens domésticas e 32 quilos para os voos internacionais, foi suprimida.

Segundo a Anac, a medida veio adequar o Brasil às normas internacionais e dar condições para a redução dos preços das passagens. No

entanto, a queda nos preços não foi verificada.

O Senado tentou alterar esse quadro e aprovou um projeto de decreto legislativo (PDS 89/2016), de Humberto Costa (PT-PE), que susta os artigos da resolução da Anac que permitem a cobrança pelo despacho das bagagens. O projeto foi encaminhado à Câmara dos Deputados, mas não teve andamento até agora.

Veja como acompanhar a audiência e participar do debate

Controle de pragas na agricultura e na pecuária será debatido hoje no Senado

O controle de pragas na agricultura e pecuária é o tema de uma audiência pública interativa que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) promove hoje, às 11h na sala 7.

Para o debate, foram convidados representantes da Embrapa, do Ministério da Agricultura e da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

A iniciativa é de Ivo Cassol (PP-RO), que preside a CRA. O senador aponta

a relevância do controle de pragas na agricultura e na pecuária ante as exigências dos mercados nacional e mundial.

Cassol argumenta que os debates sobre as técnicas de prevenção e o controle de pragas contribuem para identificar as demandas sanitárias das plantações e das criações animais.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Comissão mista vota medida que muda tributação de fundos de investimento

A comissão mista da Medida Provisória (MP) 806/2017 reúne-se hoje para votar o relatório inicial sobre o texto do governo, que altera a tributação do Imposto de Renda sobre fundos financeiros exclusivos. A reunião tem início às 14h30.

Destinados a grandes clientes, os fundos exclusivos são fechados e não admitem resgate de cotas durante o seu prazo de duração. Eles também não

têm livre adesão e pagam Imposto de Renda apenas no seu encerramento.

De acordo com a MP, o tributo passa a ser cobrado semestralmente, como ocorre com outros fundos de investimento. Tal cobrança é chamada de come-cotas.

A comissão é presidida pelo senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) e tem como relator o deputado Wellington Roberto (PR-PB).

Debatedores criticam projeto sobre trabalho

Participantes de audiência pública disseram que proposta em análise na Câmara dos Deputados que muda regras do trabalho rural retoma passado escravagista do país

OS TRABALHOS RURAL e doméstico são os que trazem mais marcas do passado escravagista do Brasil, afirmaram participantes da audiência pública realizada ontem na Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho.

De acordo com eles, a conjuntura atual tem aberto espaço para que maus empregadores imponham suas agendas, eliminando direitos históricos dessas duas categorias, que já estavam entre as mais socialmente vulneráveis.

Os resultados da audiência serão considerados na elaboração do projeto do Estatuto do Trabalho, que, segundo o vice-presidente da subcomissão, Paulo Paim (PT-RS), será apresentado para a análise do Senado em 1º de maio, Dia do Trabalho.

Assessor jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados Rurais, Carlos Eduardo Chaves disse que o campo vive uma tragédia após a aprovação da reforma

trabalhista, que enfraqueceu o poder dos sindicatos.

A dispensa da participação dessas entidades nas negociações coletivas e da obrigatoriedade na homologação das rescisões contratuais tem prejudicado muitos trabalhadores que, segundo ele, recorriam aos sindicatos em busca do cumprimento de seus direitos.

Pagamento em comida

Para o representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) na audiência, Lucas Silva, a bancada ruralista busca a aprovação do PL 6.442/2016, em análise na Câmara, que, a seu ver, tem um enfoque “explicitamente escravagista”. Ele afirmou que o texto prevê o pagamento aos trabalhadores rurais “em qualquer espécie”.

— É um projeto assustador. Foi um sinal de grande ousadia o simples fato de ter sido apresentado ao Congresso Nacional. A remuneração em qualquer espécie abre a

possibilidade do trabalhador não receber salário, podendo ser pago em troca de comida, roupa usada ou uma lona preta que vão chamar de moradia — protestou o fiscal do trabalho.

Silva disse que a proposta prevê a extensão da jornada de trabalho diária na área rural para 12 horas, sem contrapartida. Também regulamenta o horário de almoço em 30 minutos e deixa de contar o tempo de deslocamento dos trabalhadores na jornada diária, mesmo quando providenciado pelos próprios empregadores.

O projeto também prevê a adoção do trabalho contínuo por até 18 dias, o que, na prática, acabaria com o descanso semanal remunerado.

A proposta também foi criticada pelo senador Paim:

— Está na Bíblia: até Deus precisou descansar no sétimo dia. Conheço esse projeto e seu caráter acintoso, ainda mais quando lembramos como é duro o trabalho na roça, feito em condições climáticas extre-

mamente desfavoráveis.

A representante do Ministério Público do Trabalho no debate, Débora Farias, citou o fato de o PL 6442/2016 determinar explicitamente a revogação da Norma Regulamentadora 31/2005, do Ministério do Trabalho, que traz regras básicas de saúde e segurança, como o fornecimento de água potável e a existência instalações sanitárias e de proteção no manejo dos agrotóxicos.

— Revogar a NR 31 significa retroceder séculos. Participei de uma reunião na ONU em que eles ficaram espantados inclusive com o fato de o Brasil ainda ter que regulamentar esse tipo de coisa. Durante séculos, os trabalhadores rurais foram tratados como animais neste país. É isso que alguns setores querem de volta, a legitimação da brutalidade — protestou a procuradora.

Trabalho doméstico

Também falando pelo Sinait, a auditora do trabalho Lúvia

Ferreira alertou que ainda hoje, a despeito da aprovação de leis recentes reconhecendo direitos do trabalhador doméstico, menos de 30% atuam com carteira assinada.

A presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Luiza Pereira, afirmou que, se a reforma da Previdência for aprovada nos moldes propostos pelo governo, grande parte dessas profissionais não conseguirão se aposentar.

— Vamos voltar ao Brasil de décadas atrás, em que as domésticas iam pedir esmola depois dos 45 anos. Essa é uma área que tem problemas muito sérios de empregabilidade de acordo com a faixa etária.

Nova lei reduziu salário de domésticas e motoboys, diz Paim

Em discurso no Plenário, Paulo Paim lamentou que motoboys e empregados domésticos estejam sendo demitidos para, em seguida, ser contratados dentro das regras do trabalho intermitente (prestação do serviço apenas nos horários definidos pelo empregador). Assim, o trabalhador passa a receber apenas pelas horas efetivamente trabalhadas no dia ou no mês, o que faz com que o salário seja mais baixo que o mínimo, disse o senador. Crítico da prática, Paim acredita que a elaboração do Estatuto do Trabalho é a melhor forma para combater esse mecanismo previsto na atual legislação.



Paulo Paim (C) conduz debate da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho que abordou necessidade de proteger trabalhador rural e doméstico

Projeto permite dedução integral de gastos com educação no IR

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) pode votar hoje, às 11h30, um projeto de lei que estabelece a dedução de despesas com educação de forma integral no Imposto de Renda.

De Lasier Martins (PSD-RS), o PLS 303/2017 permite a dedução de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes e alimentandos para efeitos da apuração da base de cálculo do Imposto sobre a Renda da

Pessoa Física (IRPF).

Pela legislação atual, o limite de dedução por ano é de R\$ 3.561,50 por pessoa, o que corresponde a um gasto mensal de R\$ 296,75. De acordo com Lasier, esse valor está muito abaixo dos valores efetivamente gastos pelas famílias com instrução.

As despesas a serem deduzidas englobam educação infantil (creche e pré-escola), ensinos fundamental, médio, superior e pós-graduação

(mestrado, doutorado e especialização), além de ensino profissional (técnico e tecnológico). Não estão na lista os gastos com escolas de línguas e cursos extracurriculares.

Lasier afirma na justificativa de seu projeto que a legislação atual não impõe limites para a dedução de despesas com saúde.

“Como saúde e educação são direitos constitucionais, é preciso equipará-las quanto às deduções possíveis por parte

do cidadão”, argumenta.

Para o senador, sua proposta vai ajudar a reduzir a carga tributária das famílias e aumentar o número de pessoas que poderão frequentar a rede privada de ensino.

Como forma de compensar perdas de recursos com a mudança, o projeto determina uma alteração na Lei 9.249/1995 para tributar em 3% os lucros ou dividendos calculados a partir de 1996 de pessoas jurídicas. Pela lei

atual, desde 1996 somente os lucros auferidos às empresas em si são tributados. Já os montantes distribuídos aos sócios são isentos do Imposto de Renda. Em 2013, o montante isento foi de R\$ 231 bilhões.

Para o relator na CE, José Medeiros (Pode-MT), “há anos muitas famílias demandam reconhecimento, da parte do Estado, de suas preocupações em patrocinar, às próprias expensas, educação de qualidade para os filhos”.

Voto impresso e segurança da urna eletrônica em debate hoje

A segurança das urnas eletrônicas e a implantação do voto impresso nas eleições de outubro serão debatidas em audiência pública pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) hoje, às 10h.

O presidente do Tribunal

Superior Eleitoral (TSE), ministro Luiz Fux, é um dos convidados.

Na quinta-feira, o TSE aprovou uma resolução com regras para verificação do voto impresso em parte das urnas nas eleições de outubro.

Novidade nas eleições deste ano, o voto impresso deverá ser implantando em cerca de 30 mil (5%) das 600 mil urnas eletrônicas a serem usadas na votação. Neste ano os eleitores escolherão presidente, governador, senadores e deputados.

O pedido de audiência pública foi feito pelo senador Lasier Martins (PSD-RS).

Para ele, a urna eletrônica não é confiável e a impressão do voto seria a única forma de auditar o resultado das eleições.

Além do ministro Luiz Fux, devem participar da audiência pública especialistas em segurança de dados e advogados.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate